



Luiz Fux (ao lado de Teresa Alvim) apresenta hoje ao presidente do Senado, José Sarney, resultado preliminar do trabalho

Multa para quem atrasar processos na Justiça

A comissão de juristas encarregada de elaborar anteprojeto do novo Código de Processo Civil aprovou criação de multa na hipótese de o executado perder a sua impugnação à sentença ou os embargos. 7

Plenário pode decidir sobre Venezuela no Mercosul

Iniciado na semana passada, no Plenário, embate entre governo e oposição sobre o ingresso do país vizinho no bloco econômico deve continuar hoje, quando está prevista a votação da proposta já acolhida pela Câmara. 4

Transporte atrasa o país, afirmam especialistas

O predomínio da matriz rodoviária no transporte de cargas, a concentração econômica ao longo do oceano Atlântico e a dificuldade de integração entre os países da região são fatores que inibem o desenvolvimento. Essas observações foram feitas por especialistas que participaram, na Comissão de Infraestrutura, de audiência sobre "Infraestrutura e integração na América Latina". 5

Jucá apresentará relatório da CPI da Petrobras

Relator da CPI da Petrobras, o senador Romero Jucá deve apresentar hoje o documento final sobre as atividades do colegiado. O funcionamento da CPI foi marcado por polêmica entre a base aliada e a oposição, que se retirou da comissão acusando o governo de bloquear investigações sobre supostas irregularidades na estatal. Os governistas dizem que a CPI cumpriu seu cronograma. 3



Na audiência, Paulo Vivácqua (E), Rodrigo Vilaça, Fernando Collor, Everton de Almeida Carvalho e Luiz Alberto Mincarone

Congresso deve votar na quinta o Orçamento

O Plenário do Congresso Nacional deve examinar nesta quinta-feira o projeto do Orçamento da União para 2010. Para que a previsão se confirme, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve concluir até amanhã a votação do parecer final do relator-geral, Geraldo Magela. Pendências em torno da reestimativa de receitas e das emendas coletivas ainda dificultavam as votações ontem à noite na CMO. 3

Nery ainda crê em acordo na COP-15. Marina apoia fundo

Embora tema que a 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15) caminhe para um fim melancólico, o senador José Nery ainda espera "um acordo em Copenhague ou pós-Copenhague". Nery é um dos participantes do evento. A senadora Marina Silva, que também está na capital da Dinamarca, defendeu a participação do Brasil em fundo global contra o aquecimento. 2

Para senador, que participa em Copenhague da Conferência da ONU sobre Mudança Climática, "seria vergonhoso sair sem estabelecer metas de redução de emissões de gases"

José Nery mantém esperança de acordo sobre clima

O SENADOR JOSÉ Nery (PSOL-PA), que se encontra em Copenhague, na Dinamarca, participando da 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), informou que até o momento o cenário é de indecisão e a tendência, avalia, é que o encontro caminhe para um final melancólico, terminando em fracasso. Ele, porém, afirmou que não se pode "perder a esperança de um acordo em Copenhague ou pós-Copenhague", tendo em vista o interesse despertado pela conferência e a ampla participação da sociedade civil.

– Acredito que na reta final do encontro, com a presença de 120 chefes de Estado, seria vergonhoso sair de mãos abanando, sem estabelecer metas de redução de emissões de gases do efeito estufa e sem compromissos de redução dos impactos ambientais – assinalou José Nery.

O parlamentar considera que os países mais ricos, maiores emissores de gases poluentes, são os principais responsáveis pelo impasse nas negociações, dada sua "histórica resistência a cumprir seus compromissos".

De acordo com o senador, o Brasil e os demais países emergentes deverão pressionar durante as negociações, uma vez que assumiram compromissos voluntários de redução de emissões e de desmatamento e, por essa razão, "têm condições de cobrar um compromisso mais ambicioso". Segundo ele, cabe a todos trabalhar para que a conferência não acabe sem resultados, porque o impacto seria muito negativo, e a possibilidade de que ela não termine em fracasso está em fazer pressão sobre a "postura autoritária" adotada pelos Estados Unidos.

Nery criticou a proposta dos



Nery: impasse pode ser superado com a presença de 120 líderes mundiais

países desenvolvidos, feita durante o encontro, de os países emergentes participarem com recursos para o fundo internacional de financiamento contra as mudanças climáticas.

– A maior parte tem que ser paga pelos mais ricos, que mais poluem sistematicamente ao longo do tempo, cuja responsabilidade é maior. Os países em desenvolvimento podem colaborar com os mais pobres, mas de forma complementar – propôs.

O parlamentar elogiou a postura adotada pelos países pobres, liderados pelos africanos, de abandonarem as negociações em bloco como forma de protesto contra a decisão dos países desenvolvidos de não adotarem compromissos de redução de emissões. Para ele, a medida é um modo de essas nações cobrarem dos ricos uma postura responsável.

ONGs e movimentos

De acordo com José Nery, as organizações não governamentais (ONGs) e os "cidadãos do mundo" estão realizando diversas manifestações e passeatas, e pretendem entregar um documento aos realizadores da COP-15 pedindo que os governos dos países atendam aos interesses da sociedade.

Marina sugere contribuição de R\$ 1 bilhão contra aquecimento

A senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (PV-AC) defendeu ontem em Copenhague, durante a 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), a participação do Brasil com recursos para o fundo global que deverá ajudar os países mais pobres a enfrentar o aquecimento global. Para Marina, o Brasil pode contribuir com pelo menos R\$ 1 bilhão para o fundo.

A ideia original era que o fundo fosse mantido com dinheiro dos países desenvolvidos, que historicamente emitiram mais gases de efeito estufa, mas a inclusão dos países emergentes

entre os financiadores entrou na mesa de discussão na COP-15.

– Acho que quem foi proativo, chegando aqui com uma meta voluntária de redução de emissões, pode muito bem continuar com essa proatividade, colocando um esforço na cesta. O Brasil pode ajudar a desempatar esse jogo – disse Marina.

A chefe da delegação brasileira em Copenhague, ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, não concorda com a obrigação de contribuição pelos países emergentes. Ela argumenta que a obrigação de financiar ações de mitigação e adaptação do mundo em desenvolvimento é dos países ricos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Política de assistência técnica para área rural na pauta do Plenário

Às 14h, tem início a sessão deliberativa do Plenário. O período do expediente será em homenagem ao bicentenário de nascimento de Louis Braille. Na pauta de votação, está o projeto de lei (PLC 219/09) que institui política

de assistência técnica e extensão rural e fixa programa para o setor. O projeto (PLC 221/09) que estabelece o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura também está na ordem do dia.

Presidente do Senado recebe anteprojeto do Código de Processo Civil

O presidente do Senado recebe, às 11h30, na sala de audiências, o ministro da Comissão de Juristas, Luiz Fux, encarregada de apresentar o anteprojeto do Código de Processo Civil. O ministro irá apresentar os resultados preliminares

obtidos pela comissão até o momento. Às 16h, Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária. Às 20h30, no Plenário da Câmara dos Deputados, participa de sessão do Congresso Nacional destinada à apreciação de projetos de lei.

CAE: conselheiros para o Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) irá analisar, às 10h, três mensagens do Executivo com a indicação de Alessandro Broedel Lopes para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários; e de Ricardo Machado Ruiz e Fernando de Magalhães Furlan para o cargo de conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Também vota autorização de crédito entre o Brasil e o Bird e emendas de Plenário ao projeto sobre isenção do IPI incidente em materiais escolares, estabelecendo alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na Cofins para esses produtos.

CDH debate acesso de negros e mulheres ao mercado de trabalho

Audiência, às 10h, na Comissão de Direitos Humanos (CDH) discute oportunidades para trabalhadores negros e mulheres no acesso, ascensão e remuneração nos supermercados. Entre outros, participam do debate Otavio Lopes, procurador-geral do Trabalho; Luciano Chaves, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Vilma Amorim, da Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades; Laís Abramo, presidente da OIT; e representantes de redes de supermercados.

Comissão de Assuntos Sociais discute adicional de periculosidade

Às 9h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa substitutivo a projeto de lei que assegura o adicional de periculosidade aos empregados de condomínios, prestadores de serviços

de portaria, vigilância e segurança. Projeto que possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuitamente, a mulheres vítimas de violência também em análise na comissão.

Informação sobre água proveniente de aquíferos

O primeiro item da pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que se reúne às 11h30, estabelece a obrigação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) de enviar à Agência Nacional de Águas (ANA) informações sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial de petróleo ou gás, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.

Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz analisa currículos de candidatas

Reunião do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, às 14h, para apreciação de currículos para seleção das cinco candidatas a serem contempladas na nona premiação.

Congresso Nacional realiza sessão conjunta

O Congresso Nacional realiza, às 20h30, sessão destinada à apreciação de projetos de lei.

Portal de Fiscalização da Copa do Mundo

Lançamento, às 15h, no Plenário 9 da Câmara dos Deputados, do Portal da Fiscalização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Infraestrutura analisa mensagens do Executivo

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) examina, às 10h, quatro mensagens do Executivo indicando Jarbas José Valente para o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Edvaldo Alves de Santana e Julião Silveira Coelho para o cargo de diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); e Geraldo Lourenço de Souza Neto para o cargo de diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Analisa ainda a proposta que autoriza a produção e a comercialização de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados no meio rural.

Relatório final da CPI da Petrobras

Apresentação, às 14h, do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, que investiga irregularidades envolvendo a empresa pública e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

Abertura, às 11h, no Salão Branco, da 5ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que homenageará Louis Braille. A exposição *Maurício 50 Anos*, com a presença da Turma da Mônica e de Maurício de Sousa, será uma das atrações.

Benefício para economia familiar

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) examina, às 9h30, entre os cinco itens da pauta, proposta que concede benefício de seguro-desemprego, em período de eventuais calamidades públicas, ao trabalhador que exerça atividade de forma individual ou em regime de economia familiar.

Jucá deve apresentar hoje o relatório da CPI da Petrobras

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator da CPI da Petrobras, deve apresentar hoje o documento final sobre as atividades do colegiado. A CPI, presidida pelo senador João Pedro (PT-AM), foi marcada pela polêmica entre a base aliada e a oposição, que abandonou a comissão acusando o governo de bloquear as investigações sobre supostas irregularidades envolvendo a estatal.

A comissão de inquérito é composta por 11 titulares, sendo oito da base aliada, incluindo, além de Romero Jucá e João Pedro, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), vice-presidente, e três da oposição – até a decisão de abandonar o colegiado.

Enquanto a líder do governo no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), também integrante da CPI, afirmava que a comissão estava “cumprindo o seu cronograma e promovendo os debates sobre



Romero Jucá relata atividades de CPI marcada pela polêmica

questões fundamentais, como os relativos à Refinaria Abreu e Lima, aos patrocínios e às plataformas”, os representantes da oposição acusaram a CPI de ser uma farsa.

O presidente do PSDB, Sérgio Guerra (PSDB-PE), disse que a base aliada foi responsável pela rejeição dos requerimentos de depoimentos e quebras de sigilo que poderiam ameaçar a versão oficial do governo.

Comissão debate discriminação trabalhista nos supermercados

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debate hoje, às 10h, as oportunidades para trabalhadores negros e mulheres no acesso, ascensão e remuneração nos supermercados. O tema foi proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e deverá trazer ao Senado nove expositores, entre representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Justiça do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e de supermercados.

Em 2003, o MPT lançou o Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos, que iniciou a investigação de eventual discriminação na contratação de pessoal em bancos e supermercados. Dois anos depois, o procurador-geral do Trabalho, Otávio Brito Lopes, ajuizou ações civis públicas contra cinco bancos por discriminação contra mulheres e ne-

gros. Em 2007, o chefe do MPT já contabilizava avanços nas negociações com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), com a ampliação no número de mulheres e negros admitidos.

Além da composição do quadro funcional, critérios de ascensão e remuneração estão sendo analisados pelo MPT nos supermercados. Esse levantamento começou há dois anos e partiu do envio de ofícios às empresas requisitando dados sobre sexo, raça, idade e escolaridade na contratação de pessoal. As informações ajudam o Ministério Público a identificar algum descompasso estatístico em relação a gênero e raça.

Otávio Brito Lopes revelou em 2007 que levantamentos preliminares evidenciaram discrepâncias salariais entre trabalhadores brancos e negros e entre homens e mulheres nos supermercados.

Marisa propõe direito a exames anuais de saúde para estudante

Projeto de lei da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) que autoriza o Executivo a realizar exames anuais de saúde em alunos da rede pública e privada está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e poderá ser aprovado hoje. A proposta, que recebeu parecer favorável do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), será votada pela comissão em decisão terminativa.

De acordo com o projeto (PLS 70/08), os exames deverão incluir, no mínimo, avaliações de saúde bucal, nutricional e de acuidade visual e auditiva e serão realizados em parceria com o Serviço Único de Saúde (SUS). Para estimular as consultas, a senadora sugere também que seja realizada a Semana Nacional da Saúde na Escola, na primeira semana do mês de agosto.

Também consta da pauta,



Marisa Serrano é autora de projeto que pode ser votado hoje pela CAS

entre outros, projeto da Câmara (PLC 81/04) que define prioridades para a destinação de alimentos apreendidos. A proposta determina que, se os alimentos, apesar das adulterações que resultaram na apreensão, apresentarem condições apropriadas ao consumo humano, serão destinados prioritariamente aos programas de segurança alimentar e combate à fome.

Líderes na Comissão de Orçamento se reúnem hoje para buscar acordo sobre emendas e reestimativa de arrecadação que permita votação do relatório final amanhã



Parlamentares em sessão do Congresso: déficit de R\$ 7 bilhões na peça orçamentária em despesas obrigatórias

Orçamento pode ser votado nesta quinta pelo Congresso

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) deve votar amanhã o parecer final do relator-geral, deputado Geraldo Magela (PT-DF), sobre a proposta orçamentária da União para 2010. Caso o exame não se conclua nesse dia, os trabalhos poderão prosseguir na quinta-feira, em reuniões extraordinárias agendadas para os três turnos: 10h, 14h30 e 18h30.

Na hipótese mais favorável, de fechamento da votação ainda amanhã, a deliberação sobre o parecer da CMO em sessão do Congresso Nacional deverá ocorrer na quinta-feira

pela manhã.

Antes da votação do relatório na CMO, no entanto, os representantes das lideranças partidárias terão de chegar a um acordo sobre pontos importantes da peça que será submetida aos integrantes da comissão. O colegiado de representantes das lideranças deve se reunir hoje, às 14h, na sala de reuniões da presidência da comissão.

Uma das questões decisivas é a segunda estimativa da arrecadação para 2010. Embora sem caráter obrigatório, essa revisão está sendo considerada indispensável para cobrir déficit

calculado em R\$ 7 bilhões em despesas obrigatórias. Como revelado por Magela, os relatores setoriais e os coordenadores das bancadas estaduais são os maiores defensores da revisão.

De um lado, há a insatisfação com o fato de a peça orçamentária ter vindo ao Congresso com ações sem dotação suficiente, como se verificou nas áreas de saúde e na agricultura. Outra queixa se refere à reduzida disponibilidade de recursos para o atendimento de emendas coletivas (de bancadas e comissões).

Programa Siga Brasil ganha prêmio em São Paulo

O consultor-geral de Orçamento do Senado, Fábio Gondim, receberá hoje, em São Paulo, o Prêmio TI & Governo, concedido ao programa Siga Brasil. Desenvolvido pela Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle da Casa, em parceria com o Prodasen, o programa é um sistema de informações que permite, por meio da internet, o acesso amplo e facilitado a diversas bases de dados sobre orçamentos públicos federais.

O sistema reúne os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e de outras bases em um único portal, que oferece uma ferramenta simples para a realização de consultas. O prêmio será publicado no Anuário



TI & Governo 2009, a ser lançado pela Plano Editorial.

Integraram a comissão julgadora representantes do Ministério do Planejamento, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), da Fundação Getúlio Vargas, do

Polo Consultores Associados, da Business School de São Paulo e da Plano Editorial.

Na avaliação para a premiação dos projetos foram considerados critérios como caráter inovador, relevância social e envolvimento de recursos humanos.

Descoberta de água em poço de petróleo deve ser informada

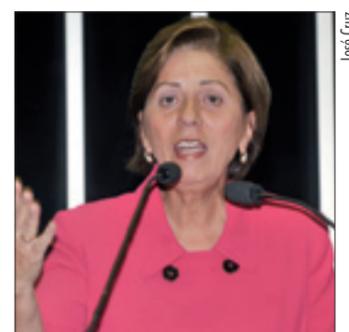
Toda descoberta de água em poços perfurados em terra para prospecção de petróleo deverá ser obrigatoriamente comunicada à Agência Nacional de Águas (ANA) pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A determinação consta de projeto (PLS 427/09) de iniciativa da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) que poderá ser votado hoje, a partir das 11h30, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fisca-

lização e Controle (CMA).

A proposta tem parecer favorável do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), para quem a ausência de um sistema de informação integrado entre a ANP e a ANA contribui para duplicação de esforços na busca de recursos hídricos subterrâneos.

Rosalba assinalou que as concessionárias de áreas de pesquisa e exploração de petróleo e gás costumam encontrar reservas hídricas que demonstram viabilidade para a obtenção de



Projeto de Rosalba Ciarlini tem parecer favorável de Cícero Lucena

água proveniente de aquíferos, muitos deles situados nas bacias sedimentares de estados do Nordeste, “em regiões de notória carência de oferta hídrica”.

Base do governo destaca, em favor da adesão do país vizinho ao bloco, os aspectos econômico, político e cultural. Contrária ao pleito, oposição alega que postura antidemocrática de Hugo Chávez seria um obstáculo à integração regional

Senadores podem decidir hoje sobre a entrada da Venezuela no Mercosul

O PLENÁRIO DO Senado pode votar hoje o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), segundo acordo firmado pelas lideranças na última semana. O assunto gera discordância entre governo e oposição. A base governista ressalta a importância da adesão do ponto de vista econômico, político e cultural. Contrária ao ingresso do país vizinho no bloco, a oposição aponta como antidemocrático o comportamento do presidente venezuelano, Hugo Chávez, o que seria um obstáculo à integração regional.

Os opositoristas temem, além disso, que as atitudes, tidas como belicistas, de Chávez venham perturbar as relações do Brasil com outros países fora do Mercosul.

A aprovação do projeto de decreto legislativo (PDS 430/08) pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), no final de outubro, foi antecedida de várias audiências públicas com embaixadores e representantes do Ministério das Relações Exteriores. Na votação da CRE prevaleu voto em

separado do senador Romero Jucá (PMDB-RR), favorável à adesão. O parecer do relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), era contrário ao pleito da Venezuela

Agricultura familiar

Entre as matérias que figuram na ordem do dia de hoje está o projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 219/09) que cria a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater).

A matéria deixou de ser votada na última terça-feira por falta de acordo entre a oposição e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. A proposta, que tramita em regime de urgência constitucional, tem prioridade de votação sobre outros projetos.

A liderança do governo informou, na última semana, que também teria prioridade neste fim de ano o PLC 136/08, que cria o Conselho Administrativo da Zona Franca de Manaus; o

República Bolivariana da Venezuela

A Venezuela é um dos três países que surgiram com o fim da Grã-Colômbia (ao lado do Equador e da Colômbia)



Fonte: CIA World Factbook e parecer da Comissão de Relações Exteriores

PLS 201/09, de iniciativa da CPI da Pedofilia, que aumenta para seis meses a um ano a pena de detenção aos que incitam a prática de crimes; o PLC 32/09, que institui o Dia da Inovação; o PLC 130/07, que permite ao companheiro ser nomeado como inventariante; e o PLS 611/07, que estabelece limite para o aumento da despesa com pessoal e encargos sociais da União.

Por sua vez, a liderança do

PSDB encaminhou à Mesa uma relação de 22 projetos que considera prioritários para votação. Uma das propostas é o PLC 95/03, que prevê eleições diretas de reitores pelo conjunto da comunidade universitária.

Outro projeto é o PLC 160/08, que isenta produtos escolares do IPI e estabelece alíquota zero do PIS/Pasep e da Cofins sobre a importação e a venda decorrente desses artigos.

Para a oposição, postura de Hugo Chávez é impedimento

Durante a discussão do projeto sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul, senadores da oposição discursaram contra a entrada do país no bloco. A maioria enfatizou não ser contra a integração sul-americana e latino-americana, mas argumentaram que a postura antidemocrática do presidente Hugo Chávez pode trazer prejuízos ao Mercosul.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) recordou que o presidente da Venezuela já chamou o Senado brasileiro de "papagaio dos Estados Unidos". O senador lembrou que cláusulas do Protocolo de Ushuaia exigem dos países do Mercosul o compromisso com a democracia plena, "sem perseguições políticas ou cerceamento da liberdade de imprensa".

Marco Maciel (DEM-PE) lembrou que exigências democráticas também constam das normas da Organização dos Estados Americanos (OEA) e disse que a entrada da Venezuela pode proporcionar uma paralisação no bloco. Ele lembrou que o Paraguai também ainda não aprovou a adesão daquele país e que Chávez pode ser reeleito indefinidamente. Mão Santa (PSC-PI) criticou "a pressa" dos governistas em aprovar a entrada do país no mercado comum.

Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) apontou que Chávez transformou a estatal petrolífera PDVSA em "aparelho político". O senador sugeriu que a integração com a Venezuela, neste momento, se dê apenas no campo econômico, por meio de acordo bilateral.

Marisa Serrano (PSDB-MS)

disse que o Mercosul está enfraquecido e não teria condições de "barrar qualquer atentado à democracia na América do Sul".

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) questionou a confiabilidade dos marcos regulatórios venezuelanos. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse que o governo Chávez não respeita os direitos humanos, que a economia daquele país está desestruturada e que existem graves práticas de corrupção. Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou preocupação com o tratamento a ser dado por Chávez a um novo governo brasileiro, no caso de as oposições vencerem as próximas eleições presidenciais no Brasil.

O líder do Democratas, José Agripino (RN), afirmou que a entrada da Venezuela no Mercosul pode gerar problemas diplomáticos com países com os quais os membros do bloco tenham firmado tratados internacionais, e citou o acordo bilateral entre Uruguai e Israel.

– Se a Venezuela se tornar membro do Mercosul, Chávez vai mandar trazer de volta os diplomatas israelenses que acabou de expulsar? – questionou.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) criticou a falta de negociação de concessões tarifárias para a entrada da Venezuela no bloco. Raimundo Colombo (DEM-SC) destacou que o voto contrário à adesão da Venezuela não é contra o povo venezuelano. E Valter Pereira (PMDB-MS) classificou o regime de Hugo Chávez como um "apostolado da insegurança jurídica".

Governistas veem chance de "enquadramento" democrático

Mesmo fazendo restrições ao presidente Hugo Chávez, vários senadores da base do governo reiteraram nos debates seu apoio à entrada da Venezuela no Mercosul. Entre os argumentos apresentados por eles estão o do "enquadramento" democrático que o bloco exigiria daquele país e o da importância das relações comerciais entre Brasil e Venezuela.

Ao afirmar que a integração da Venezuela garantiria a consolidação democrática desse país, Aloizio Mercadante (PT-SP), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP), João Pedro (PT-AM) e, inclusive, Pedro Simon (PMDB-RS) – que não é da base do governo – citaram recentes declarações do prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, durante audiência realizada no Senado.

Apesar de ser um dos líderes da oposição venezuelana, Ledezma defendeu a entrada de seu país no Mercosul. Ele disse que a medida, se realizada com condicionantes, pode limitar as ações arbitrárias de Hugo Chávez e contribuir para a evolução democrática da Venezuela. Segundo o prefeito de Caracas, "Chávez é muito mais perigoso isolado". Nesse contexto, Mercadante declarou que "não se transmite valores democráticos para outros países por meio da exclusão ou do isolamento, mas sim com diplomacia e tolerância".

Simon argumentou que, "se fosse apenas por Hugo Chávez", ele não seria favorável à

entrada da Venezuela, mas o senador ressaltou que "o presidente passa, ao contrário dos países que compõem a América Latina". O mesmo raciocínio foi apresentado por Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Mozarildo, aliás, declarou que dará seu voto "com pouquíssima convicção, pois o ingresso da Venezuela trará complicações enquanto Chávez for presidente". Mas ele ressaltou que, como senador por Roraima (estado que faz fronteira com aquele país), não pode ser contra a integração. Segundo Mozarildo, a população de Roraima "compra energia elétrica e até comida da Venezuela". Jefferson Praia (PDT-AM) também disse que preferiria não votar pelo ingresso, "mas o povo do Amazonas quer a integração".

Comércio

Francisco Dornelles (PP-RJ), Sadi Cassol (PT-TO), Wellington Salgado (PMDB-MG), além de João Pedro e Mercadante, destacaram a importância econômica da entrada da Venezuela no bloco.

Segundo Mercadante, a Venezuela é atualmente a terceira economia da América do Sul e o sétimo maior parceiro comercial do Brasil.

Também manifestaram apoio à entrada daquele país no Mercosul os senadores Augusto Botelho (PT-RR), Cristovam Buarque (PDT-DF), Gerson Camata (PMDB-ES) e Renato Casagrande (PSB-ES).

Projeto sobre ato médico é tema de enquete

Está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto que define as atividades privativas dos médicos e as que podem ser realizadas por outros profissionais da área de saúde.

Conhecido como ato médico e considerado polêmico, o projeto elenca 15 atividades privativas dos médicos, entre as quais a formulação do diagnóstico nosológico (que classifica as doenças), com a respectiva prescrição terapêutica, e a emissão de atestado sobre condições de saúde, doenças e possíveis sequelas. De acordo com a proposição (substitutivo da Câmara ao PLS 268/02), não são atividades privativas dos médicos os diagnósticos psicológico, nutricional e socioambiental, nem as avaliações comportamentais e da capacidade mental, perceptocognitiva e psicomotora.

A proposta é objeto de enquete da Agência Senado, que pode ser respondida na página www.senado.gov.br/agencia até o final de dezembro. Em oito dias, a consulta já tinha recebido mais de 100 mil votos.

Tramitação

Após ser examinado na CCJ – onde tem Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) como relator –, o projeto será votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) antes de ir para o Plenário.

O substitutivo da Câmara mantém as principais definições do texto aprovado no Senado. Além das atividades privativas dos médicos, a proposta determina que somente esses profissionais podem exercer a direção e a chefia de serviços médicos, e a coordenação e supervisão de trabalhos relacionados com suas áreas de atuação, tais como perícias e auditorias.

O ensino de disciplinas especificamente médicas, a coordenação dos cursos de graduação em Medicina, os programas de residência médica e os cursos de pós-graduação específicos são atividades que só podem ser exercidas por médicos.

As alterações feitas pela Câmara tornaram o texto mais claro, segundo o relator da matéria na Comissão de Seguridade da Casa, deputado Eleuses Paiva (DEM-SP). Uma delas, por exemplo, determinou que o médico desenvolverá suas atividades em áreas de reabilitação. O texto aprovado no Senado citava "reabilitação dos enfermos e portadores de deficiência". O relator também suprimiu o termo "deficiência" do rol de condições que podem ser atestadas pelos médicos. Segundo Paiva, a proposta não impõe limite a nenhuma profissão.

Já o relator na Comissão de Educação e Cultura da Câmara, deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), diz que o texto provoca uma tutela dos médicos sobre outras profissões da área de saúde. Ele cita a manutenção, pelos deputados, do texto que define a emissão de diagnósticos citopatológicos como atividade privativa dos médicos.

Comissão examina hoje indicações para agências

Foram lidos ontem, em reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), os relatórios sobre as indicações do presidente da República para cargos na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Todos os indicados obtiveram relatórios favoráveis, aos quais foi concedida vista coletiva. A votação na comissão deve ocorrer hoje.

No relatório sobre a indicação de Jarbas José Valente para o cargo de membro do Conselho Diretor da Anatel, Wellington Salgado (PMDB-MG) destacou que o indicado já exerceu o cargo de conselheiro substituto no Conselho Diretor da agência e que desde 2001 é superintendente de Serviços Privados da Anatel.

A recondução de Edvaldo Alves de Santana foi relatada por Lobão Filho (PMDB-MA), que destacou a longa experiência do indicado. Entre outras atividades, Santana foi, entre 1976 e 1992, chefe de Divisão de Análise de Investimentos da Eletrosul e desde 2005 exerce o cargo de diretor da Aneel.

João Ribeiro (PR-TO) ressaltou, no relatório em que recomenda a indicação de Julião Silveira Coelho para o cargo de diretor da Aneel, que o indicado tem atuado em causas judiciais relativas ao setor elétrico desde 2002.

A indicação de Geraldo Lourenço de Souza Neto para diretor de Infraestrutura Ferroviária do Dnit foi relatada por Osvaldo Sobrinho (PTB-MT). O indicado tem vários cursos acadêmicos e já ocupou cargos no governo do Tocantins.

Nomes para CVM e Cade podem ser definidos hoje

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) votará hoje a mensagem do presidente da República indicando Alexandro Broedel Lopes para exercer a função de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Especialista em matéria contábil, financeira e tributária, o indicado é professor titular da Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Também está na pauta de hoje a indicação de dois membros do Conselho Administrativo de Direito Econômico (Cade): Fernando de Magalhães Furlan, designado para recondução ao cargo, e Ricardo Machado Ruiz.

Na segunda parte da reunião, a CAE examinará mensagem presidencial propondo a contratação de operação de crédito externo, no valor de US\$ 24,3 milhões, entre o Brasil e o Banco Mundial (Bird), destinada a financiamento do Programa Nacional do Meio Ambiente II (PNMA II).

Na pauta de votações do colegiado constam, ainda, as emendas apresentadas no Plenário ao projeto de lei (PLS 160/07) que dispõe sobre isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares.

Audiência com ministro debate banda larga

O Senado realizará amanhã audiência pública para discutir o Plano Nacional de Banda Larga do governo federal. O ministro das Comunicações, Hélio Costa, foi convidado para o debate, que será promovido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado (CCT).

Um dos objetivos do Plano Nacional de Banda Larga é a massificação do acesso à internet, estendendo-o inclusive às populações mais carentes do país – tanto em áreas urbanas como rurais. Para isso, prevê investimentos dos setores público e privado. O ministro Hélio Costa disse que o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) poderá ser uma das fontes de recursos para esses investimentos.

A audiência de amanhã foi solicitada pelo presidente da CCT, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e será realizada na sala 13 da Ala Alexandre Costa a partir das 9h.

Participantes de audiência que debateu o papel da infraestrutura na integração na América Latina destacam importância de se desenvolver o setor de transportes para aumentar a competitividade



Paulo Vivácqua, Rodrigo Vilaça, Fernando Collor, Everton Carvalho e Luiz Alberto Mincarone (D) em audiência na Comissão de Infraestrutura

“Política de transportes deve considerar recursos naturais”

A política de transportes no Brasil tem que ser feita de forma ordenada, com a exploração dos recursos existentes no interior e com a proteção dos ecossistemas naturais do país, afirmou o diretor-presidente do Corredor Atlântico do Mercosul, Paulo Vivácqua, em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre o tema “Infraestrutura e integração na América Latina”.

Durante o evento, que faz parte do ciclo de debates Agenda 2009-2015: Desafios Estratégicos Setoriais, Vivácqua criticou o predomínio da matriz rodoviária no transporte de cargas no Brasil, o que reduz a competitividade do país. “Nosso custo médio de transporte interno é o dobro do de países como Canadá, China e Rússia. Perdemos US\$ 21 bilhões por ano por essa razão”, afirmou.

A concentração econômica ao longo do oceano Atlântico, disse Vivácqua, também torna vulnerável a economia local e atrapalha o fluxo comercial do Brasil com outros países. Ele disse ainda que a exploração de jazidas minerais tem que estar associada ao aperfeiçoamento do sistema de educação e à formação de quadros profissionais, assim como à melhoria no sistema de infraestrut

tura, inclusive com saneamento e construção de moradias.

Integração

O presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI), Luiz Alberto Mincarone, destacou que o setor de transporte é um “elemento vital” para integração regional da América do Sul.

– Precisamos de transporte adequado, rodovias, aduanas e integração intermodal. Vamos conseguir reduzir os custos e aumentar a competitividade na América Latina. Hoje os custos são altos e inviabilizam o comércio entre as regiões – afirmou.

Segundo Mincarone, “não existe competitividade entre os modais, mas complementaridade”.

Já o secretário-executivo da Federação das Câmaras de Comércio da América Latina e presidente da Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento (Abides), Everton de Almeida Carvalho, disse que a integração continental dos modais de transporte tem relação estreita com a questão da eletricidade, sobretudo hoje, com os projetos de construção de usinas no rio Madeira, na região Norte do país, com impactos na Bolívia e outros países sul-americanos.

– O cenário energético da América do Sul é conhecido, com tendência de aumento de participação do gás natural. A expansão da integração elétrica depende da solução de problemas técnicos e políticos – disse.

Na avaliação diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Rodrigo Vilaça, a integração da matriz de transporte no Brasil “está fragmentada”, tendo em vista a existência de “três agências reguladoras e dois ministérios” para tratar do mesmo tema. Vilaça criticou a existência de bitolas diferentes nas ferrovias dos países sul-americanos, além da existência de hidrovias no Brasil sem eclusas, o que prejudica o seu potencial de utilização. Disse ainda que os gasodutos são “pouquíssimo explorados” e que seu uso “é distorcido” em relação às necessidades do país.

O representante da ANTF assinalou que é preciso impulsionar os corredores ferroviários e priorizar os projetos de acesso terrestre aos portos brasileiros, e depois pensar nos corredores interoceânicos. Também é necessário, afirmou, desenvolver um sistema único de regulamentação interna do sistema ferroviário.

Cavalcanti alerta para risco de colapso no setor de telefonia

“O presidente da Anatel, Ronaldo Sardenberg, já admite risco de um ‘caladão’, ou seja, a possibilidade de um colapso geral no sistema de telefonia, primeiro lugar no ranking de reclamações dos consumidores junto aos Procons.” O alerta foi feito ontem, da tribuna, por Roberto Cavalcanti (PRB-PB), ao informar que na semana passada “a Paraíba ficou muda” e a população teve que enfrentar diversos transtornos.

O senador disse que os prejuízos financeiros causados pela paralisação do sistema em seu estado, na última quarta-feira, são inestimáveis, principalmente pelo fato de a pane ter ocorrido no período natalino, a principal época de vendas. Cavalcanti afirmou que o Procon da Paraíba autuou a Oi, que pode ser obrigada a pagar uma multa de até R\$ 3 milhões.

– A Assembleia Legislativa já solicitou explicações da Oi, da TIM e da

Claro, cujas interrupções na prestação de serviços têm sido frequentes, e ameaça entrar com ação popular contra as operadoras, denunciando-as pelos péssimos serviços, em respeito aos usuários que pagam uma das tarifas mais caras do planeta e mesmo assim ficam impossibilitados de se comunicarem dentro das regras estabelecidas para o setor.

Cavalcanti também abordou a realização, em Brasília, da 1ª Conferência Nacional de Comunicação que começou ontem e se encerra quinta-feira, com o tema “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”.

O parlamentar disse que a rapidez da evolução do setor, sobretudo no que diz respeito a tecnologias como a internet, a telefonia celular e a TV digital, “embasam a constatação de que o marco regulatório brasileiro se encontra ultrapassado”.



Cavalcanti diz que na última quarta-feira houve um “caladão” no estado da Paraíba

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) citou os três eixos temáticos que nortearão a discussão: produção de conteúdo, meios de distribuição e cidadania, direitos e deveres. Afirmou que os homens públicos reconhecem a importância de a comunicação ser transparente e de os fatos serem divulgados de uma forma que a população, em vez de ser induzida a pensar dessa ou daquela forma, chegue às suas próprias conclusões.

Senador rechaça críticas veiculadas no programa político do partido na televisão e afirma que governo petista se apropriou de teses da gestão Fernando Henrique Cardoso

Alvaro Dias: programa do PT mente sobre governo anterior

ALVARO DIAS (PSDB-PR) criticou o programa do Partido dos Trabalhadores veiculado na televisão na semana passada, classificando-o como de "um cinismo irrefutável, em que a mentira foi a arma para agredir os adversários". Segundo o senador, o programa reservou mais espaço para agredir governos passados do que para apresentar realizações da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para o parlamentar, o ataque desferido pelo PT em seu programa político se deu de forma "estapafúrdia e mentirosa". Alvaro Dias citou a afirmação de que o governo Fernando Henrique Cardoso não gostava de nordestinos. O senador observou que nenhuma ação do governo anterior justificaria tal declaração.

– Há algum tempo o presidente Lula disse ser admirador de determinadas características



Para Alvaro Dias, Lula imita Hitler: mentira repetida vira verdade

de Hitler. Certamente o modelo copiado foi exatamente o da mentira: uma mentira repetida inúmeras vezes se transforma em verdade. Esse é o modelo alemão hitleriano que se importou para o Brasil no atual governo – afirmou Alvaro Dias.

Outra afirmação que teria sido feita no programa do PT, de que o governo FHC teria agido de forma servil diante dos

países estrangeiros, também foi rechaçada por Alvaro Dias, que pediu exemplos dessa suposta subserviência.

O senador também apontou que o governo petista se apropriou de teses e programas da gestão anterior contra os quais o partido teria trabalhado. Ele citou o Plano Real, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o câmbio flutuante e o Proer.

Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que, há sete anos ocupando o governo federal, o PT nada apresentou de concreto. Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que toda a base de sucesso do governo Lula foi calcada nos programas criados na gestão Fernando Henrique Cardoso. Mão Santa (PSC-PI) elencou iniciativas do governo anterior que teriam sido fundamentais para melhorar o Brasil: o Plano Real, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Programa Comunidade Solidária.

Sadi Cassol pede que eleitor deixe de votar em corruptos

Sadi Cassol (PT-TO) lamentou ontem que, em consequência das contínuas denúncias de corrupção no meio político e nos diferentes níveis de governo, os políticos sejam todos "colocados na mesma vala". Ele reconheceu a justiça da indignação da sociedade com os escândalos na vida pública e lembrou a proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de tornar a corrupção um crime hediondo, mas observou que o mais im-

portante é que o eleitor pare de eleger corruptos.

O senador afirmou que não se calará "enquanto os corruptos continuarem roubando dinheiro público, ficando soltos e usando esses recursos em benefício próprio".

Ele pediu uma reflexão sobre o que aconteceu na semana passada em Brasília, onde, conforme afirmou, "inverteram-se todos os valores".

– Mandou-se retirar os ino-



Sadi Cassol critica repressão a manifestantes nas ruas de Brasília

centes que estavam protestando com legitimidade, os acadêmicos, a população, as organizações de Brasília, e se deixou os corruptos intocáveis.

Compensação para municípios que abrigam parque

Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou ontem do governo federal as compensações prometidas aos municípios do Amapá durante a criação do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque. Ele explicou que a reserva, criada por decreto presidencial em 2002, previa compensações para os municípios que têm parte de seus territórios abarcada pelo parque nacional.

Papaléo disse que até agora nada do que foi prometido como compensação, por exemplo, a instalação de serviços de



Papaléo: famílias precisam de alternativas para garantir sustento água e esgoto nesses municípios, foi feito.

O senador pediu ao presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva mais atenção para a região amazônica, em especial para o Amapá. Ele disse que as famílias que tiveram suas atividades econômicas prejudicadas pela área de preservação precisam de alternativas para garantir seu sustento.

– Queremos ações efetivas que possam abrir horizonte econômico para as famílias que estão impedidas de buscar na natureza seu meio de sobrevivência, para que possam ter novas atividades e gerar trabalho.

Sarney celebra 150 anos de coletânea de Casimiro de Abreu

O presidente do Senado, José Sarney, registrou ontem, em Plenário – em seu primeiro pronunciamento após a licença de 10 dias para tratamento de saúde –, os 150 anos de publicação da obra *As Primaveras*, coletânea de textos do poeta brasileiro Casimiro de Abreu. Na avaliação do senador, trata-se de um dos livros mais importantes da língua portuguesa.

– É um livro que não morreu, editado mais de cem vezes. Foi escrito por um poeta que na literatura brasileira surgiu como um sol, que imediatamente se apagou – afirmou Sarney, em referência à morte precoce de Casimiro de Abreu. O poeta faleceu em 1860, aos 21 anos.



José Sarney: "É um livro que não morreu, editado mais de cem vezes"

A maioria dos poemas de *As Primaveras*, disse o presidente do Senado, foi escrita durante a passagem de Casimiro por Lisboa, em Portugal, para onde se dirigiu em 1853 para trabalhar com o pai.

Garibaldi condena mudanças na legislação antes de cada eleição

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que as alterações na legislação eleitoral antes de cada pleito, como vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos, são prejudiciais ao país. Em sua opinião, o Brasil precisa de uma verdadeira reforma eleitoral.

O senador fez essas afirmações ao comunicar que participou do 1º Encontro da Justiça Eleitoral com Jornalistas do Rio Grande do Norte, em Natal, onde debateu o tema reforma eleitoral. Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e José Agripino (DEM-RN) também participaram da discussão.

– Desse debate, chegamos à conclusão de que não podere-



Garibaldi defende a aprovação de uma reforma eleitoral completa

mos mais ter uma lei eleitoral a cada eleição, mesmo que essa lei signifique o aperfeiçoamento da lei anterior – resumiu o parlamentar.

João Pedro registra denúncia de sindicalista contra juiz do AM

João Pedro (PT-AM) leu em Plenário carta enviada a ele pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apuí, no Amazonas, Raimunda Nascimento da Silva. A sindicalista denuncia ter sido humilhada pelo juiz da comarca da cidade, Jefferson Galvão de Melo. Também pede ao senador que disponibilize assessoria jurídica para aconselhar sobre as providências jurídicas cabíveis nesse caso.

João Pedro disse que vai remeter a carta ao corregedor do estado do Amazonas e solicitar providências para apurar a denúncia. Ele acrescentou que também vai entrar em contato com o presidente do Conselho



João Pedro afirma que remeterá carta de sindicalista ao CNJ

Nacional de Justiça (CNJ).

– Eu fico me perguntando qual seria a razão para um juiz não receber de forma elegante todas as pessoas que procuram a Justiça. É inconcebível tal postura – afirmou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes • Mão Santa • Sadi Cassol • Osvaldo Sobrinho

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Audiência da CMA debaterá reforma administrativa do Senado

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realizará amanhã audiência pública com o objetivo de conhecer as providências já adotadas pelo Senado para solucionar os problemas administrativos e de gestão evidenciados no ano de 2009, bem como as medidas previstas e em curso.

Renato Casagrande (PSB-ES), presidente da CMA, e João Pedro (PT-AM), autores do pedido de audiência, argumentam que interessa à comissão tomar conhecimento das medidas que visem “assegurar a regularidade dos atos e contratos, reestruturar os planos de

carreira, de profissionalização e qualificação de recursos humanos, rever a estrutura administrativa e fortalecer os controles internos” do Senado.

Foram convidados para a reunião, prevista para as 14h, na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI), 1º secretário, e Haroldo Tajra, diretor-geral.

Em março deste ano, Sarney encomendou à Fundação Getúlio Vargas (FGV) um estudo para a reforma administrativa do Senado. Elaborada com a colaboração dos servidores, a proposta da FGV encontra-se sob exame dos senadores, e precisará ser votada em Plenário, na forma de projeto de resolução, para entrar em vigor.



Presidente da comissão, Casagrande (D) quer conhecer providências adotadas

CCJ examina proibição do fumo em ambiente coletivo fechado

Com 29 itens na pauta, os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) podem votar amanhã, às 10h, o projeto de lei que proíbe o uso de produtos de tabaco em ambientes coletivos fechados. A proposta veta o uso, em locais fechados públicos ou coletivos, de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco; os chamados “fumódromos” também ficam proibidos em ambientes coletivos fechados.

Do senador Tião Viana (PT-AC), o PLS 315/08 tem parecer favorável da relatora, Marina Silva (PV-AC). Se aprovado, seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo.

Proteção

A proibição já está prevista na Lei 9.294/96, que, no entanto, admite o uso desses produtos “em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente”. Essa possibilidade de áreas reservadas para fumantes é suprimida pelo PLS 315/08. O projeto define recinto coletivo como “o local coberto e fechado, total ou parcialmente, em dois ou mais lados, de forma permanente ou provisória, onde haja circulação de pessoas”.

Para o autor da proposta, a proibição é o único meio de proteger os não fumantes da ação



Projeto de Tião Viana impede fumódromos em locais fechados

dos poluentes que decorrem da queima do tabaco. Tião Viana lembra decisão da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, adotada pelos países que integram a Organização Mundial da Saúde (OMS), em favor da adoção de medidas de proteção das pessoas contra a exposição à fumaça do tabaco em ambientes de trabalho, transporte coletivo e outros locais de uso coletivo. O senador também registra pesquisa que indicou que 88% dos brasileiros são contra o fumo em locais coletivos fechados.

Segundo Tião Viana, a aprovação do projeto permitirá que o país atualize a legislação sobre o assunto. No mesmo sentido, Marina Silva considera que a iniciativa contribuirá para reduzir os casos de doenças causadas pelo tabaco. A relatora revela em seu voto que, nos últimos 30 anos, o fumo provocou 1 milhão de óbitos no Brasil.

Criação de multa para a hipótese de o executado perder embargos ou impugnação à sentença é aprovada por comissão que elabora novo Código de Processo Civil



Ministro Luiz Fux (D) e relatora Teresa Alvim: comissão termina de definir hoje mudanças que pretende promover

Juristas aprovam propostas para agilizar processo civil

A COMISSÃO DE juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código de Processo Civil, instituída por ato da Presidência do Senado, aprovou ontem uma medida que pode desestimular a resistência ao cumprimento de decisão judicial: a criação de uma multa para a hipótese de o executado perder a sua impugnação à sentença ou os embargos que tiver apresentado. A ideia é fazer com que só haja esse tipo de recurso quando existir uma boa perspectiva de vitória. Assim, o executado não formulará recursos contra a decisão judicial apenas como estratégia para adiar o seu cumprimento.

Na mesma reunião, a comissão aprovou a proposta de que todos os prazos no processo civil corram somente nos dias úteis. O presidente do colegiado, Luiz Fux, que é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e a relatora, professora Teresa Arruda Alvim Wambier, afirmaram que a medida trará mais tranquilidade aos advogados.

A relatora explicou que, atualmente, se o último prazo cai

no sábado, ele passa para a segunda-feira. Se cai no Carnaval, por exemplo, passa para o primeiro dia após o feriado. Com isso, o advogado, sobretudo o que trabalha sozinho, não tem direito a feriado ou a fim de semana.

– Essa alteração torna tudo mais tranquilo, principalmente para o advogado, que não ficará no fim de semana atolado de recursos – argumentou.

Teresa Alvim considerou legítima a queixa da sociedade em relação a uma “realidade triste”, que é a morosidade dos processos, mas esclareceu que a contagem dos prazos apenas nos dias úteis não vai piorar esse quadro, porque “a falta de celeridade no processo é de anos, não de dias”. Acrescentou que se está criando para o advogado uma facilidade que não gera nenhum prejuízo para a sociedade.

Outra decisão da comissão é a de que uma ação judicial contra uma sociedade que acabe por atingir os bens dos sócios irá exigir um momento em que se discutirá se o sócio tem respon-

sabilidade ou não pelos atos questionados.

Calendário

Hoje, os juristas terminam de definir as mudanças que pretendem promover no Código de Processo Civil. Às 11h30, o ministro Luiz Fux apresentará ao presidente do Senado, José Sarney, os resultados preliminares dos trabalhos da comissão.

Em janeiro, caberá à relatora redigir os dispositivos de acordo com o que o colegiado decidiu. Em fevereiro e março, os juristas discutirão os dispositivos redigidos e aprovarão o relatório. Começará em seguida a fase de consulta pública – pela internet, por videoconferência e por meio de audiências públicas presenciais nas diferentes regiões do país. O órgão voltará, então, a reunir-se para definir o texto final, com a incorporação das propostas surgidas no debate que julgar procedentes.

A comissão tem 180 dias, contados a partir de 1º de novembro, para concluir os trabalhos, que poderão ser prorrogados por 180 dias.

Senado presta homenagem a Louis Braille

Os senadores vão homenagear o bicentenário de nascimento de Louis Braille, inventor do sistema braille de leitura para portadores de deficiência visual. A homenagem será realizada hoje, no período do expediente que antecede a sessão plenária deliberativa, às 14h, por solicitação de Flávio Arns (PSDB-PR), Augusto Botelho (PT-RR), Cristovam Buarque (PDT-DF), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Gim Argello (PTB-DF), Papaléo Paes (PSDB-AP), Paulo Paim (PT-RS), Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Romeu Tuma (PTB-SP) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Segundo o requerimento dos senadores, o evento faz parte da programação da 5ª Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, que ocorre este mês. Por recomendação da União Mundial de Cegos (UMC), da Organização das Nações

Unidas (ONU) para assuntos relacionados à falta de visão, o bicentenário de Louis Braille será comemorado em 159 países em 2009.

Cego aos três anos de idade devido a um acidente doméstico, Louis Braille empregou sua inteligência no desenvolvimento de um código de comunicação universal, perceptível ao tato, que tornou possível ao cego o acesso à leitura e à escrita.

Biografia

Louis Braille nasceu em 4 de janeiro de 1809 em Coupvray, na França. Seu pai, Simon-René Braille, era fabricante de arreios e selas. Aos três anos, ao brincar na oficina do pai, o menino feriu-se no olho esquerdo com uma ferramenta pontiaguda. A infecção que se seguiu ao ferimento alastrou-se pelo olho direito, provocando cegueira total.

Apesar dessa limitação, Braille estudou na escola local e tornou-se organista e violoncelista. Com uma bolsa de estudos, conseguiu ingressar no Instituto Nacional para Jovens Cegos, em 1819, em Paris, tornando-se professor da instituição aos 18 anos de idade.

Em 1829, publicou seu novo método de escrita e leitura, que o tornou mundialmente famoso. Suas investigações basearam-se no sistema *haüy*, que permitia somente a leitura por meio das letras em relevo. Braille seguiu em frente e aperfeiçoou outro sistema de escrita inventado pelo capitão Charles Barbier de La Serre, baseado em pontos em relevo, agrupados de 12 em 12 e formando 36 combinações.

A partir desse sistema, Braille reduziu para seis os pontos de cada grupo e conseguiu 63 combinações, formando seu próprio sistema de leitura e escrita.



Senador destaca projetos que tratam sobre reajuste de aposentados

Paim faz balanço de suas atividades no ano de 2009

Paulo Paim (PT-RS) fez ontem em Plenário um balanço de sua produção legislativa durante o ano de 2009, quando apresentou 54 proposições legislativas, entre projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e requerimentos, e solicitou a realização de “dezenas de audiências públicas”.

Entre os projetos apresentados, o senador destacou aqueles que tratam sobre a cultura da paz nas escolas, a garantia de aposentadoria especial no caso de atividades insalubres, o vale-transporte e o direito de saque do saldo do PIS/Pasep pelo trabalhador com mais de 60 anos.

Entre as propostas em tramitação na Câmara, ele lembrou a que garante aos aposentados o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo e a que acaba com o fator previdenciário. Ambos os projetos têm sido intensamente debatidos naquela Casa.

Paim destacou o debate em torno do Estatuto da Igualdade Racial, também projeto de sua autoria. Em sua quarta versão, a proposta se encontra pela segunda vez em tramitação no Senado.

– Temos uma missão a cumprir, e não podemos nos afastar dela. Do contrário, seremos condenados pela história – advertiu.

Comemoração

Paulo Paim comemorou a realização, no Senado, da 5ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que homenageia Louis Braille, criador do sistema de leitura para cegos, que nasceu há 200 anos, na França.

Ele prestou sua homenagem particular a dois servidores de seu gabinete que são deficientes visuais.

O parlamentar também lembrou que é autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que disse esperar ver aprovado no próximo ano.

Senador aponta variação de até 17 vezes entre o preço dos remédios ao consumidor e os valores pagos em compras governamentais, o que motivaria nova agência reguladora

Adelmir defende criação de agência para medicamentos

O SENADOR ADELMIER Santana (DEM-DF) fez ontem um apelo em favor da criação de uma agência reguladora do mercado de medicamentos, como sugerido em 2001 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O parlamentar responsabilizou os integrantes do conselho de ministros da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) pela discrepância dos preços de remédios e pela não regulamentação do setor.

– Não é possível aguardar que centenas de milhares de brasileiros morram precocemente durante a condução da apuração dos fatos pelo Poder Judiciário – criticou, apontando a grande diferença nos preços dos medicamentos.

Adelmir criticou o que considera “absurda variação” de preços desses produtos, quando feitos por compra em escala pelo governo e quando vendidos às farmácias e drogarias do país. Conforme o senador, remédios de mesmo preço comercial e embalagens idênticas



Adelmir Santana pede que governo forneça remédios para baixa renda

são vendidos com valor 17 vezes superior àquele pago pelo governo de São Paulo.

– No primeiro estudo realizado sobre 33 medicamentos amplamente utilizados no atendimento ambulatorial, observa-se que o preço máximo de fábrica autorizado pela CMED para esses remédios, que possuem o mesmo nome comercial e as mesmas apresentações e embalagens, é, em média, 1.758% superior ao preço obtido nas compras realizadas pelo governo do estado de São Paulo – argumentou Adelmir Santana,

lembrando que, com isso, cerca de 90 milhões de brasileiros são excluídos do mercado de medicamentos.

Impactos no custo

A diferença de preços, salientou, embute preços como distribuição de amostras grátis, material promocional e brindes, mas também custos que são vantajosos para os fabricantes, como divulgação da marca, fidelização da prescrição e a automedicação responsável.

Para o senador, muitas mortes e o agravamento de doenças, assim como a busca de tratamento nas chamadas cidades pólo poderiam ser evitados, caso fossem fornecidos gratuitamente os remédios prescritos pelos médicos em consultas a pacientes de baixa renda pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Ele pediu ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que realize compras de medicamentos em escala, por meio do Registro Nacional de Preços, tornando possível assegurar acesso mais amplo aos remédios.

Valadares exalta trajetória política de Jamil Haddad

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) solicitou voto de pesar pelo falecimento do presidente de honra do PSB, Jamil Haddad, ex-ministro da Saúde, ocorrido na sexta-feira no Rio de Janeiro, aos 83 anos.

– Político combativo, corajoso, competente e criador de programas de elevado alcance social, como a implantação dos medicamentos genéricos ao exercer o elevado cargo de ministro da Saúde – descreveu o senador.

Valadares registrou que Jamil Haddad nasceu em 1926 no Rio de Janeiro, foi deputado pelo então estado da Guanabara e, depois do golpe militar de 1964, filiou-se ao MDB. Reeito deputado em 1966, foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. O senador lembrou que Haddad participou também da fundação do PDT e, em 1983, foi escolhido pelo governador Leonel Brizola como prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Participou ainda da

refundação do PSB em 1985.

Em 1986, Haddad assumiu mandato de senador no lugar de Roberto Saturnino Braga (então eleito prefeito do Rio de Janeiro), participando da Assembleia Nacional Constituinte. Ele foi também deputado federal e, entre 1992 e 1995, comandou o Ministério da Saúde.

– Sua luta pela universalização do serviço médico gratuito, público e eficiente, pela implantação do SUS e pelo fortalecimento dos laboratórios públicos é reconhecida por todos – disse Valadares.

O senador afirmou ainda que Haddad dedicou sua vida “às lutas democráticas em favor dos trabalhadores, contra a ditadura militar e combatendo as desigualdades sociais”.

– O PSB perde um dos seus grandes quadros e um dos melhores colaboradores por um país mais justo e democrático. Ele desaparece do nosso meio, mas suas ideias permanecem vivas e atuantes – afirmou o



Senador pede voto de pesar pela morte do presidente de honra do PSB

parlamentar.

Em apartes, os senadores João Pedro (PT-AM), Paulo Paim (PT-RS) e Adelmir Santana (DEM-DF) também lamentaram o falecimento de Jamil Haddad e elogiaram a trajetória do ex-ministro. João Pedro disse que o Brasil perdeu um “homem exemplar”, que tinha “pensamento democrático”. Paim destacou que Haddad também sempre defendeu a reforma agrária. Adelmir elogiou a implantação dos remédios genéricos no país.

Papaléo Paes (PSDB-AP) e Mão Santa (PSC-PI) também se associaram ao voto de pesar pela morte de Jamil Haddad.



Maciel sugere homenagem aos chefes da luta contra invasores holandeses

Marco Maciel propõe seis novos “heróis da pátria”

Projeto de lei para a inclusão de seis novos nomes no Livro dos Heróis da Pátria foi apresentado por Marco Maciel (DEM-PE). O senador sugere homenagear os principais chefes do movimento de restauração de Pernambuco: o general Francisco Barreto de Menezes, os senhores de engenho João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, o brasileiro filho de escravos africanos Henrique Dias, o indígena Filipe Camarão e o militar de origem portuguesa Antônio Dias Cardoso, “grandes heróis brasileiros que se destacaram na luta contra os invasores holandeses” no século 17.

– Não é por outra razão que o dia 19 de abril passou a ser considerado o Dia do Exército, pois foi o dia da vitória das forças brasileiras contra a presença holandesa em nosso território – afirmou.

Marco Maciel assinalou que para criar o sentimento patriótico em uma nação é preciso cultivar os seus líderes e os fatos marcantes de sua história. Ele disse que nada seria mais justo que incluir os líderes da insurreição pernambucana contra o domínio holandês no Livro dos Heróis da Pátria.

Guararapes

Citando Gilberto Freyre, o senador lembrou que “em Guararapes se escreveu com sangue o nome da pátria”, porque pela primeira vez houve um sentimento pátrio contra a presença de forças estrangeiras no território brasileiro. Ele se referia às batalhas travadas contra as tropas invasoras holandesas nos Montes Guararapes, atual município de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco. Maciel salientou que, nesse episódio da vitória contra os holandeses, surgiu o Exército Brasileiro com a união de brancos, negros e índios, que se tornou uma força regular.

Oswaldo Sobrinho elogia curso pré-vestibular gratuito de Cuiabá

O programa Cuiabá-Vest, que oferece cursos pré-vestibulares gratuitos a alunos carentes da capital de Mato Grosso, foi elogiado por Oswaldo Sobrinho.

A criação desses cursos, informou o senador, constou do programa de governo divulgado durante as eleições de 2004 pelo atual prefeito

de Cuiabá, Wilson Santos.

O cursinho da prefeitura oferece apostilas elaboradas em conjunto com o Colégio Master, além de transporte coletivo urbano gratuito, informou Oswaldo Sobrinho. O programa conta, lembrou, com mais de seis polos implantados em bairros pobres da cidade.

– Em 2006, 2.756 pessoas já tinham sido contempladas com o projeto. É uma revolução o que o prefeito Wilson Santos está fazendo na educação em Cuiabá, o que nos orgulha como educadores, independentemente do partido a que ele pertença – disse o senador.

Oswaldo Sobrinho destacou a aprovação de alunos do Cuiabá-Vest no curso de Medicina da Universidade Federal de Cuiabá, que é muito concorrido, assinalando que “investimentos em educação apresentam resultado não só a longo prazo, como também a curto prazo”.



Oswaldo Sobrinho saúda iniciativa educacional de prefeitura